

A ANDES-SN E A POLÍTICA EDUCACIONAL*

Alexandre Antônio Gíli Náder**

Agradecendo em nome da ANDES-SN o convite da organização do V ENPEH para participar desta Mesa Redonda, inicio minha exposição reproduzindo a correspondência a mim enviada, na última sexta-feira, pelo prof. Dr. Edmundo Fernandes Dias, Secretário Geral da entidade, originalmente designado para aqui representá-la:

Brasília, 5 de outubro de 2001
Companheiro Alexandre Náder:

Saúdo os companheiros professores e estudantes participantes deste importante evento. Mais do que nunca a questão da memória das lutas da sociedade e das classes trabalhadoras é absolutamente fundamental.

O momento atual saturado pela racionalidade capitalista-militarista marca, cada uma das sociedades submetidas a relações mercantis, com um enfrentamento radical: é preciso, com toda nossa radicalidade, teórica e prática, pensar o presente para construir o futuro.

Infelizmente dada a guerra movida contra a Universidade Pública e, em especial, contra o nosso Sindicato não poderemos estar com vocês. Fica o compromisso de em outro momento pagarmos esta dívida para nós tão grata.

A partir do exposto estamos solicitando ao companheiro Alexandre que faça a fala de representação do ANDES-SN com a lucidez e a emoção necessárias.

Lembremos, como nossa palavra de ordem, os versos de Mário Benedetti sobre o futuro: "lento mas virá".

Com o pessimismo da inteligência e o otimismo da vontade, enviamos nossas mui cordiais

Saudações Sindicais e Universitárias

Prof. Edmundo Fernandes Dias - Secretário Geral

* Sistematização das notas que serviram como base para a intervenção feita em nome da ANDES-SN, na mesa-redonda "Política Educacional, Ensino de História e Formação do Professor de História", da qual participaram a Profa. Dra. Circe Bittencourt (USP) e o Prof. Avelino Romero (MEC).

** Ex-dirigente da ANDES-SN, gestão 1992-1994, professor assistente do DHP/CE/UFPB, mestre em Física (PUC-RJ), doutorando em História (UFPB-UFPE).

A reprodução acima tem, mais do que tudo, o propósito de caracterizar os limites do expositor (a questão do tempo de preparação muito exíguo, impossibilitando uma revisão que possa ser considerada minimamente exaustiva da documentação- principalmente a mais recente - produzida pela ANDES-SN sobre os temas) e a exposição (ainda que buscando o equilíbrio, ela terá tendencialmente como referência, gerada pelas próprias natureza e especificidade da ANDES-SN, a educação superior e seu tom será certamente influenciado pelo presente contexto, de acirramento das contradições entre o sindicato e o governo).

Desse modo, correndo o risco de não atender integralmente à demanda posta pela coordenação do evento, em termos de atingir a abrangência estabelecida pela temática desta Mesa Redonda, apresento o esquema que vertebra este conjunto de considerações:¹

1) Num primeiro momento, no sentido de configurar, com toda a nitidez possível, o lugar de onde se fala, um breve histórico da ANDES-SN, de sua criação aos dias de hoje;

2) Em seguida, um relato cronológico de diversos processos- com destaque para alguns episódios- ilustrativos do envolvimento da entidade com a questão da política educacional;

3) Num momento posterior, apresento as formulações da ANDES-SN sobre o tema da política educacional, ressaltando, como já anunciado, a educação superior, sobretudo, e, também, a educação básica (ainda que muito “en passant”) e a questão da formação dos professores;

4) Finalmente, por considerar inevitável fazê-lo, desenvolverei, de forma sucinta, um cotejamento entre as propostas do sindicato e a política educacional emanada do governo, seja pelas suas formulações (documentos, projetos de lei apresentados ao Congresso Nacional, por exemplo), seja pelas ações concretas implementadas pelo MEC e/ou Conselho Nacional de Educação (CNE), o qual, dada sua composição, pode, sem tergiversações, ser visualizado como instância do governo.

Assim, deixo para o debate, em função das manifestações dos demais integrantes da mesa e da platéia, a abordagem do ensino de história e da formação dos professores de história: a ANDES-SN não se debruçou nem deliberou especificamente sobre essas questões mas

¹ Com exceção do último item, esta exposição tem como principal suporte bibliográfico NAVARRO, Ignez P. *Intelectuais e sindicalismo no Brasil: história e memória*, Tese de Doutorado (IFCH/UNICAMP). Campinas, mimeo, 1999.

suas elaborações, acredito, permitem-nos fazer algumas inferências a seu respeito. O conjunto de formulações que farei, então, embora já socializado no seio do movimento docente organizado e tendo recebido, nesse âmbito, manifestações informais de apoio, serão, enfático, de minha inteira responsabilidade². Vejamos então!

1) A ANDES-SN começa a se estruturar no final da década de 70/início da de 80, a partir de um processo embrionário de organização/mobilização da sociedade civil contra o regime militar em crise, que tem como marco mais destacado a eclosão das greves no ABC paulista. Prolifera, então, o surgimento de Associações de Docentes (AD), em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas- nas públicas, pelo impedimento legal de sindicalização, nas privadas, pela insatisfação com a atuação dos sindicatos de professores (SINPRO), muitas vezes “pelegos” e/ou incapazes de lidar com as questões específicas dos docentes do ensino superior-, entidades de caráter pré-sindical, vinculadas ao chamado *novo sindicalismo*, que acabou levando à criação da CUT. Em fevereiro de 1981, é criada a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior- ANDES, que, algum tempo depois, na perspectiva de permitir a filiação dos docentes da educação básica que atuam nas IES, transforma-se em Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, preservando a sigla ANDES. Conforma-se, desse modo, como entidade nacional proto-sindical, de trabalhadores intelectuais de camada média. Algumas bandeiras/ características, muitas delas compartilhadas- ou transmutadas, em função de suas especificidades- com o *novo sindicalismo*, várias das quais já abandonadas ou negligenciadas por entidades originalmente a ele associadas, mas ainda preservadas pela ANDES-SN, mesmo que muitas vezes de concretização problemática, são dignas de registro:

- Autonomia em relação a Estado e patronato, traduzida por uma estrutura sindical não-federativa/confederativa e pela renúncia/denúncia do imposto sindical;
- Democracia interna e participação ampla dos filiados em processos decisórios, inclusive eleitorais;
- Defesa da pluralidade sindical;
- Compromisso de valorização e ampliação, para além do Estado, da coisa pública.

² Cf NÁDER, Alexandre A. G. “UNITRABALHO: a questão dos cursos de graduação”. IN *Universidade & Sociedade* 12. São Paulo: ANDES-SN, 1997.

Em 1989, em função do estabelecido na Constituição Federal de 1988, no que tange ao direito de sindicalização dos servidores públicos, a ANDES transforma-se em Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN. Cabe ressaltar que este, também, é o momento a partir do qual, por razões que não abordarei aqui, inicia-se um progressivo afastamento dos docentes das IES privadas do sindicato, que passa, preponderantemente a representar docentes das IES públicas, principalmente federais (IFES). Grande parte dos esforços envidados pelo sindicato, recentemente, tem buscado reverter esse quadro e ampliar sua representatividade, além, é claro, daqueles destinados a enfrentar as políticas educacionais anti-democráticas dos sucessivos governos, usando, quando necessário, a greve como instrumento de luta, como é o caso do atual momento vivido, nacionalmente, nas IFES.

Encerro o primeiro momento desta digressão recuperando uma-ainda-instigante questão (e, aqui, por instantes, fala mais alto o historiador) para os pesquisadores da história social brasileira de tempo recente: até que ponto, apesar de uma percepção predominante de ruptura, assumida inclusive pela ANDES-SN em sua auto-visualização, estão presentes, no chamado *novo sindicalismo*, tendo em vista a dinâmica próxima da atuação de diversas entidades nele integradas, elementos persistentes de uma história sindical brasileira, oriundos de uma perspectiva bloqueada pelo golpe militar de 1964?³

2) Neste ponto, passo a abordar os fatos, na diversidade de suas amplitudes e naturezas, evidenciadores, ao longo do tempo, do estreito vínculo da ANDES-SN com a questão da política educacional.

Ainda em seu primeiro estatuto como Associação e mantido no de Sindicato, são previstas, em níveis local (nas AD, inicialmente, e, posteriormente, Seções Sindicais) e nacional, instâncias de elaboração e assessoramento (e, muitas vezes, também, na prática, de intervenção) ao movimento docente e às entidades, sobre temáticas específicas, os grupos de trabalho (GT). Tal registro estatutário condensa a prática, adotada desde os momentos iniciais de atuação da (s) entidade (s) locais e nacional, de designar comissões para elaborar posicionamentos, a serem submetidos às instâncias deliberativas, sobre

³ Cf BOITTO Jr, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: crítica à estrutura sindical brasileira*. Campinas: Edunicamp, 1991 e BOITTO Jr, Armando. (Org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Apesar de discordar frontalmente da fundamentação althusseriana adotada pelo autor, entendo que as considerações por ele desenvolvidas são merecedoras de leitura e interelocução.

política educacional. Desse modo, o primeiro e mais atuante GT da ANDES-SN a se consolidar é o de política educacional, o GTPE, de cuja coordenação, juntamente com Joana Neves, tive a oportunidade de participar no período 1992-1994.

Nesse campo, para concluir este item, vale acentuar alguns momentos e/ou intervalos:

- Entre 1982 e 1986, numa atuação inter-entidades (OAB, ABI, SBPC...), a produção de uma Proposta para a Universidade Brasileira, atualizada em 1996 pela ANDES-SN (cadernos ANDES 2, edição especial atualizada e revisada), apenas;

- Entre 1987 e 1988, a estruturação, também inter-entidades, de uma plataforma para o capítulo “Educação” da nova Constituição Federal, em elaboração pela Assembléia Nacional Constituinte;

- Entre 1989 e 1991, a elaboração de um Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);

- Também a partir de 1989, mas com maior intensidade no período entre 1991 e 1996, acompanhamento, no âmbito do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), da tramitação da LDB no Congresso Nacional (Câmara e Senado), com a promoção de eventos, intensiva interlocução com parlamentares e participação em audiências públicas nas comissões temáticas específicas nas duas casas;

- Entre 1992 e 1993, a participação, no espaço da Secretaria de Políticas Sociais da CUT, em uma comissão de trabalho sobre Formação Profissional e Relações Trabalho- Educação;

- Entre 1997 e 2000, mais uma vez dentro do FNDEP, formulação de projeto (assumido por um conjunto de deputados liderado por Ivan Valente- PT/SP) e acompanhamento da tramitação do Plano Nacional de Educação, destacando-se, nesse processo, a promoção e realização de três Congressos Nacionais de Educação (CONED).

3) No que tange às formulações da ANDES-SN sobre a política educacional, o ponto de partida é a visualização da Educação como macro-política de interesse público, independente da natureza jurídico-patrimonial da instituição que a desenvolve, caracterizando-se como elemento constitutivo nuclear de um processo estratégico de construção de identidade e autonomia sociais.

Desse modo, a educação pública deve ser destinatária necessariamente privilegiada de significativas inversões de fundos públicos e a educação ministrada nas instituições privadas é entendida

como concessão da execução de um serviço público, mantida com recursos próprios, a ser fiscalizada, pelos órgãos do Estado, ao longo de sua vigência.

Nessa perspectiva, faz-se imperiosa a participação efetiva da sociedade na definição dos rumos da educação nacional, bem como a implantação de uma sistemática contínua, processual e abrangente de avaliação institucional- que busque, acima de tudo, a identificação e a correção de deficiências na qualidade do ensino, público e privado, na visão apresentada acima-, a democratização da gestão educacional-macro e micro- e a implementação de uma incisiva política de valorização profissional dos trabalhadores em educação.

Isso posto, a Educação, na amplitude de seu espaço-tempo de intervenção, é instrumento de produzir e socializar o conhecimento (patrimônio público) renovador e crítico, o que pressupõe o respeito à diversidade de perspectivas, ao pluralismo de concepções e a percepção do conflito como elemento estruturante das relações sociais.

Na educação superior, especificamente, são assumidos, como princípios nucleares das instituições por ela responsáveis, a democracia, a autonomia e a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão, indicando, claramente, uma opção preferencial pelo regime universitário.

Nesse nível de ensino, na perspectiva da Educação como construção de identidade na diversidade, como já anteriormente referido, o objetivo maior da atuação estatal deve ser a construção de um padrão unitário de qualidade social para as IES, que será traduzido pelo vínculo entre o conhecimento produzido por elas e as demandas- lato senso- apresentadas pelos contextos sociais em que estejam inseridas, respeitadas as vocações acadêmicas das mesmas.

Além disso, o compromisso da educação com o novo, no sentido da facilitação da emergência das forças sociais igualitárias, seria concretizado pela adoção do trabalho como princípio educativo, ao longo de todo o processo educacional.

No que diz respeito à educação básica, a concretização desse princípio deve dar-se por intermédio da escola unitária como estrutura, possibilitando, assim, sua visualização como espaço de produção, e não apenas transmissão, do conhecimento, tanto pedagógico quanto das áreas de conteúdo específico.

Com relação à formação de professores, a ANDES-SN a integra ao campo da valorização e postula sua execução em nível superior, qualquer que venha a ser o nível educacional de atuação do

futuro docente, no caso da formação inicial, sem negligenciar, é claro, a experiência e o saber construídos nas Escolas Normais, vistas como regime transiente para a sistemática que se busca alcançar.

Para o sindicato, ainda, os cursos de formação inicial de professores devem ser tão próximos quanto possível, em termos de profundidade em conteúdo específico, daqueles de formação de pesquisadores. O horizonte de expectativa otimizado seria o curso único por ramo de saber, que, reconhecendo especificidades nos diversos espaços de atuação e assumindo as peculiaridades daquele conhecimento e(m) suas relações com os demais, fosse formador do profissional/ professor/pesquisador.

Nessa linha, é preciso, também, caracterizar- sem se ater, nessa caracterização, às disciplinas pedagógicas-, no conjunto desses cursos, sua identidade compartilhada de espaço de formação docente, a base comum nacional. Mas cuidado! Essa formulação- originalmente oriunda do Movimento Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador, atualmente estruturado na Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação/ ANFOPE, participante do FNDEP-, incorporada pela ANDES-SN, não tem nenhuma identidade com o que a atual LDB chama de base comum nacional: ali, ela aparece de forma intencionalmente confusa, aproximando-se bastante da ultrapassada idéia de currículo mínimo (mais adiante apresentarei uma abordagem que busca generalizar esse tipo de processo ocorrido com a base comum nacional). Feito o alerta, na linha proposta anteriormente, como elementos integrantes das estruturas curriculares desses cursos, destacam-se os conteúdos, os instrumentais- sejam os necessários à produção sejam aqueles mais articulados à socialização do conhecimento- e um conjunto de elementos éticos que vincule estreitamente Educação à solidariedade, à cooperação.

Para finalizar, a formação continuada- e a integração a ela daqueles que atuam sem a devida qualificação-, na visão da ANDES-SN, deve contar com um incisivo concurso do Estado (em termos de financiamento e institucionalização), por intermédio das universidades públicas, e tomar como referência a ser valorizada a experiência profissional.

4) Como antecipado, concludo estas considerações estabelecendo, a partir de alguns dos conflitos- antagonismos, na grande maioria das vezes- mais representativos entre ambas, uma comparação das propostas da ANDES-SN com a política educacional

que vem sendo formulada e implementada pelo atual governo. Gostaria, de antemão, de registrar o quanto essa abordagem é incompleta, ao deixar de abranger vertentes essenciais, como, por exemplo, a educação superior na sua especificidade. Tal insuficiência resulta da necessidade de operar alguns recortes na totalidade focalizada, por uma questão de concisão e de priorização da temática desta Mesa Redonda. Se houver interesse, será possível minorar a deficiência aqui identificada no espaço do debate.

Em primeiro lugar, a exemplo do já assinalado no caso da base comum nacional, cabe chamar a atenção para dois procedimentos intimamente articulados, usualmente integrantes da estratégia do governo, quando este pretende- e tem conseguido-, no embate entre as racionalidades em presença na sociedade brasileira, estabelecer para a sua o privilégio de impor-se como definidora dos parâmetros reguladores da sociabilidade: estamos aqui falando da apropriação ardilosa e da re-significação do discurso dos contra-hegemônicos.

Em sua produção ideológica e discursiva -não arbitrária mas assentada em sua experiência concreta de subalternidade-, esses últimos têm apresentado, em diversos momentos, à sociedade, postulações (bandeiras) que, por diversas razões, dentre elas, com destaque, o vínculo que apresentam com valores considerados universais, encontram significativa ressonância/repercussão. Na perspectiva de impedir a concretização daquelas que comprometeriam seus interesses, os detentores do poder, muitas vezes, incorporam-nas, introduzindo-lhes (sempre de forma sutil) distorções e novos sentidos, conflitantes -ou mesmo contraditórios- com sua intenção original, tornando-as, desse modo, adequadas à dominação por eles exercida. Não é preciso muita reflexão para que se veja o quanto essa prática é corriqueira no discurso educacional do governo. Não se está, aqui, advogando a propriedade de palavras e idéias: é claro que todos podem usá-las à vontade, desde que deixando inequívoco o sentido que lhes é atribuído. De todo modo, considero a advertência pertinente.

Isso posto, gostaria de iniciar a comparação pelo tratamento que o governo vem dando à relação entre público e privado na Educação. Por um lado, qualquer que seja a esfera de governo, é notória a insuficiência, e mesmo redução, em muitos casos, dos investimentos na educação pública, sempre justificada pelo incoerente emaranhado legal (LDB e Lei 9424 x Lei da responsabilidade fiscal, por exemplo). Por outro, um maciço incentivo à privatização, inclusive com aporte de recursos públicos e abrandamento de exigências para

funcionamento e reconhecimento (nesse último caso, o episódio Anhembi-Morumbi, que levou à renúncia de José Artur Giannotti do CNE é emblemático), numa perspectiva nitidamente oposta à defendida pela ANDES-SN.

Em seguida, pretendo debruçar-me sobre a questão da democracia e da participação abrangente na definição dos rumos da Educação nacional: da parte do governo, o que se vê é um discurso que, articulando argumentos de competência com uma ampliação “ad nauseam” da legitimidade conquistada pelo governo nas eleições, serve para restringir drasticamente essa participação.

Além disso, os procedimentos de avaliação que vem sendo propostos e utilizados pelo governo são, nitidamente, pontuais, descontextualizados e punitivos, tendo como conseqüência, muitas vezes, eximir o governo de suas responsabilidades com a melhoria do ensino, principalmente público, e penalizar as instituições que adotem perspectivas pedagógicas diversas das do governo. Nesse sentido, aliás, podemos ver que os conceitos de identidade na diversidade, pluralismo e multiplicidade pedagógica, sem hierarquização e articulados à qualidade, não são muito caros ao governo: a formulação das DCN e dos PCN de modo pouquíssimo participativo e o caráter, na prática, obrigatório que vêm assumindo, em função dos instrumentos de avaliação em vigência e da possibilidade de acesso a programas de suplementação de recursos (vejam-se, por exemplo, os “Parâmetros em Ação”), são evidências que apontam nessa direção.

Com relação à democratização da gestão e à valorização dos trabalhadores em educação, para não me alongar demasiadamente, apresentarei apenas alguns poucos exemplos- ligados, essencialmente, à educação superior- que, acredito falam por si mesmos: a composição do CNE, (muito!) majoritariamente por indicação governamental, a última sucessão para reitor na UFRJ, o congelamento salarial nas IFES e, por último mas não finalmente, os sucessivos e incisivos cortes que vêm sendo impostos ao Plano Institucional de Capacitação de Docentes e Servidores Técnico-administrativos das IFES (PICDT).

À proposição de qualidade social na educação, feita pela ANDES-SN, o governo contrapõe o ideário da qualidade total: transfere-se mecanicamente, desse modo, do setor produtivo da sociedade, menosprezando as peculiaridades da construção do conhecimento, um método de otimização da administração empresarial. Assim, como coroamento, temos, em contrapartida ao trabalho como princípio educativo, proposto pela ANDES-SN, a

adoção, pelo governo, do emprego como princípio educativo. Mas não qualquer emprego: muito preferencialmente aqueles- reais ou virtuais- que ampliem a eficácia da reestruturação produtiva e da globalização capitalista em curso, implicando na incorporação ao vocabulário educacional do perverso conceito de *empregabilidade* e na introdução das categorias *competência* e *habilidade* como base para a formulação de objetivos educacionais. Aqui recorro ao castelhano: nessa língua, uma única palavra corresponde simultaneamente aos conceitos de competência e de competição. Não acredito, nesse caso, em mera coincidência. Se quisermos tomar do latim a idéia de “pedir junto”, para dourar a pílula, é indispensável lembrar que, muito provavelmente, no atual contexto, o que é pedido tem um dono e é por ele disponibilizado, de acordo com seus interesses, em grau insuficiente para atender a todos os que pedem...leva quem pedir melhor, menos ou eliminar outros pedintes, quem sabe? A lógica da concorrência, ao entrar na escola, expressa, de fato, a hegemonia do mercado como supremo regulador de toda atividade humana.

Uma leitura das proposições, normatizações e ações do governo no campo da formação de professores, inicial e continuada, torna explícito um quadro no mínimo preocupante. O aligeiramento e a fragmentação propostos para as estruturas curriculares das licenciaturas (Parecer CNE/CP 009/2001-DCN- Formação de Professores para a Educação Básica) permitem antever a extrema fragilidade dos profissionais egressos desses cursos. Se lembrarmos, ainda, que esses cursos, na ótica do governo, têm como inserção institucional preferencial os Institutos Superiores de Educação, dentro ou- melhor ainda- fora das universidades, previstos na LDB, onde também deverão estar localizados os Cursos Normais Superiores para professores do Ensino Fundamental menor- a batalha para preservar, também, ainda que marginalmente, para o curso de Pedagogia, a prerrogativa de formar esses docentes (uma vitória importante da comunidade educacional mas que exigiu um imenso dispêndio de esforços) está muito próxima para ser esquecida-, penso que o panorama torna-se ainda mais sombrio.

Os programas de formação continuada/em serviço avaliados pelo MEC, na grande maioria das vezes oferecidos por instituições privadas, nas condições em que ocorrem, significam não uma efetiva capacitação/ qualificação mas, de um modo geral, a aquisição de um certificado de serventia- e qualidade- duvidosas. Ou seja, no caso da

formação de professores, mais uma vez, as visões da ANDES-SN e do governo são opostas.

Enfim, para não me alongar ainda mais do que já fiz, acredito ser preciso caracterizar inequivocamente: há um embate de projetos educacionais em curso, embora saibamos que um deles detém ampla hegemonia.

Cabe perguntar: Para onde ele está nos levando? Será ele o que queremos como professores- historiadores- cidadãos? Será ele o que favorecerá a sofrida maioria da população brasileira que busca construir seu processo de desvelamento e transformação desta realidade excludente, perversa e barbarizante?

MUITO OBRIGADO!